

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG. Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de abril de 2019 às 19:00 horas, em nome de DEUS, foi declarada aberta a sessão, com número regimental, presentes os seguintes vereadores: *Alex Batista Coelho, Ed'Carlos Gomes da Silva, Josué Arruda dos Santos, Laudicéo José de Oliveira, Maria Ângela Coelho de Magalhães, Wesley Mauricio de Souza e Eduardo Nunes Gonçalves*, com ausência justificada dos Vereadores *Marcos Evangelista Filho e Giovanni Campos Coelho*. Dando início a reunião conforme item 1º da pauta, distribuição do Projeto de Lei nº: 06/2019 que “*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentaria de 2020 e dá outras providências*”. O Presidente Alex informou que nos termos regimentais o Projeto de Lei será encaminhado às Comissões competentes para análise, estudo e emissão dos respectivos pareceres. Passando ao item 02º, apreciação, discussão e votação do Projeto de Lei nº: 02/2019 de autoria da Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães, que “*dispõe sobre “a criação do projeto ‘adote uma lixeira no município de Virginópolis e dá outras providências’*”. Ato contínuo foi realizado a leitura do parecer emitido pela CJLFFR – Comissão de Justiça, Legislação, Fiscalização, Finanças e Redação da Câmara Municipal, que deliberou favoravelmente ao prosseguimento do Projeto de Lei nº: 02/2019 em sua forma original. Em seguida, nos termos regimentais, o Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 02/2019 tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade dos Vereadores presentes em 1º e 2º turnos, com permissão do plenário em relação ao pedido de supressão do interstício legal requerido pelo Vereador Ed'Carlos, nos termos do Art. 156, § 6º do Regimento Interno. O item 3º da pauta, dispunha sobre apreciação, discussão e votação do Projeto de Lei nº: 03/2019 de autoria da Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães, que “*cria o programa IPTU verde no município de Virginópolis e autoriza a concessão de desconto no imposto predial e territorial urbano - IPTU como incentivo ao uso de tecnologias ambientais sustentáveis*”. Ato contínuo foi realizado a leitura do parecer emitido pela CJLFFR – Comissão de Justiça, Legislação, Fiscalização, Finanças e Redação da Câmara Municipal, que manifestou favoravelmente ao prosseguimento do Projeto de Lei nº: 03/2019 em sua forma original, devendo o mérito da proposição ser apreciada pelo plenário da Casa. O Presidente Alex, nos termos regimentais colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 03/2019 tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade dos Vereadores presentes em 1º e 2º turnos, com permissão do plenário em relação ao pedido de supressão do interstício legal requerido pelo Vereador d'Carlos, nos termos do Art. 156, § 6º do RI. O item 4º da pauta, apreciação, discussão e votação do Projeto de Lei nº: 04/2019 que “*Autoriza a abertura de credito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Virginópolis, e da outras Providências*”. Foi realizado a leitura do parecer emitido pela CJLFFR – Comissão de Justiça, Legislação, Fiscalização, Finanças e Redação da Câmara Municipal, que manifestou favoravelmente ao prosseguimento do Projeto de Lei nº: 02/2019. O Presidente Alex, nos termos regimentais colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 04/2019 tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade dos Vereadores presentes em 1º e 2º turnos, com permissão do plenário em relação ao pedido de supressão do interstício legal. O item 5º, apreciação, discussão e votação do Projeto de Lei nº: 05/2019 que “*Dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias no município de Virginópolis/ MG e dá outras providências*”. Após a leitura do parecer favorável emitido pela CJLFFR, dito foi pelo Presidente da Câmara que os agentes comunitários e os agentes de combates às endemias possuem o direito de receber o reajuste salarial retroativo desde o mês de janeiro de 2019, dependendo apenas de o Executivo realizar os pagamentos. O Presidente, nos termos regimentais colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 05/2019 tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade dos Vereadores presentes em 1º e 2º turnos, com permissão do plenário em relação ao pedido de supressão do interstício. Item 6º da pauta, indicação dos Vereadores: Indicação nº: 04/2019 de autoria do Vereador Josué Arruda dos Santos requerendo que o Prefeito providencie obras de calçamento nas ruas Irmã Arnolde

(conhecida como rua 6) e na rua Gabi Gilberto na altura do Nº 13, e ainda nas demais ruas da cidade que estão sem calçamento, que foi aprovada por todos os Edis. Indicação nº: 05/2019 de autoria da Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães, solicitando do Poder Executivo que proceda a reinstalação de placas de sinalização nas entradas da cidade informando que o trânsito de caminhões e carretas de grande porte deverá ser realizado exclusivamente pelo desvio da cidade (via Juca Coelho), salvo quando for realizar carga e descarga no centro cidade, aprovada por unanimidade. Indicação nº: 06/2019 também de autoria da Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães, solicitando do Poder Executivo a instalação de uma luminária no último poste localizado na rua Antônio José Moreira, visando iluminar as residências localizadas à frente da ponte sobre o ribeirão Santa Cruz, devidamente aprovada por todos os Edis presentes na sessão. O item 7º e último da pauta, momento livre, oportunidade em que a Vereadora Maria Ângela reforçou a necessidade do Executivo enviar informações e documentos a respeito da dívida com a Copasa, o que foi aprovado. Disse ainda que desde o mês de janeiro de 2019 está cobrando do Executivo a comprovação dos valores que estão sendo retidos indevidamente pelo Prefeito Municipal da Câmara, informando que nesta semana foram remetidos os extratos bancários com valor de R\$ 231.526,24, contudo o Executivo não informou qual será a destinação de tais valores. Por tais motivos, requereu que seja encaminhado novo Ofício ao Prefeito requerendo informações sobre a utilização de tais valores, o que foi aprovado. Por sua vez o Vereador Eduardo Nunes requereu que seja enviado novo Ofício ao Prefeito para que este responda sobre o Projeto de recomposição salarial dos funcionários públicos que recebem acima de um salário mínimo, que foi aprovado por todos. Parabenizou ainda o Prefeito pelo trabalho que está fazendo com recursos próprios em momento de crise no país. O Vereador Laudiceo cumprimentou a todos, momento em agradeceu e parabenizou o Presidente do Sindicato Amilton e a Dona Sãozinha pela participação em Belo Horizonte em ato contra a reforma da previdência. A Vereadora Maria Ângela disse ao colega Eduardo Nunes que discorda de sua fala, pois até o mês de outubro de 2018 o Município arrecadou apenas R\$ 91 mil de recursos próprios, média de 8 a 9 mil reais mensais. O Vereador Wesley indagou ao Presidente se houve resposta do Secretário de Saúde referente a visita na UBS, oportunidade em que foi informado que o requerimento deverá ser votado pelo plenário. Dessa forma, colocado em votação foi aprovado por todos. Respondendo ao Vereador Josué, os Vereadores Wesley e Alex Batista informaram que os Bombeiros não efetuaram a vistoria na UBS haja vista que a solicitação foi específica para a Biblioteca, Casa Dona Edite e Rodoviária. Ficou aprovado por todos os Edis o envio de Ofício ao engenheiro da Prefeitura, ao responsável pela empresa que executou as obras e ao Secretário Sormanny para que seja designado visita na UBS. O Vereador Alex disse que há quase 03 anos está cobrando do Secretário de Saúde sobre a situação de insetos na casa de apoio em Belo Horizonte, inclusive uma menina foi picada na semana passada, exigindo da Secretaria de Saúde mais atenção em relação ao que está acontecendo, tendo sido aprovado envio de Ofício ao Secretário de Saúde sobre o assunto. O Vereador Eduardo disse que há oito dias passou na casa de apoio e que não viu nada de anormal, e que os usuários estavam elogiando a casa por estar bem cuidada. Nada mais havendo a constar, o Presidente declarou em nome de Deus encerrada a reunião, devendo esta ata, após lida, acaso aprovada, será assinada, secretária *ad'hoc* Marcia Martins de Almeida.

Alex Batista Coelho
Presidente

Ed'Carlos Gomes da Silva

Laudicéo José de Oliveira

Eduardo Nunes Gonçalves

Josué Arruda dos Santos

Maria Ângela C. de Magalhães

Wesley Maurício de Souza